

Os arquivos da Polícia Política do Espírito Santo: a fotografia como prova do crime político

DIEGO STANGER*

Palavras chave: Polícia Política, fotografia, Espírito Santo, Era Vargas.

A Era Vargas constitui-se em um período da história brasileira caracterizado pela tentativa de construção de um novo país. A descentralização política da Primeira República foi substituída por uma intensa centralização do poder político. O governo buscará aperfeiçoar o funcionamento do governo federal, diminuindo a força das elites locais, ou de qualquer grupo que se interponha aos projetos do regime em vigor.

O medo se constitui como um dos principais recursos do governo para convencer a população da necessidade de um regime que os protegesse, principalmente contra o perigo vermelho. A ameaça comunista será uma dos principais argumentos do Estado para o uso de um aparelho repressor, cerceador da liberdade dos cidadãos. Rodrigo Patto Sá Motta esclarece que o episódio da Intentona Comunista, ocorrido em 1935, corroborou muito para o fortalecimento de Vargas, que “(...) saiu da crise extremamente fortalecido, enaltecido como chefe de governo que conseguiu derrotar a ‘revolução’ comunista.” (MOTTA, 2002: 196)

No primeiro período em que governou o Brasil, ou seja, entre os anos de 1930 e 1945, Getúlio aprimorou e intensificou os trabalhos da Polícia Política. O Estado varguista utilizou o monopólio da violência, a mobilização da população, a implantação de uma ideologia totalitária, para tentar fazer nascer uma nova nação, e isso não ocorreu como em outros países como Alemanha e Itália, a partir da fusão entre partido e Estado, mas, a partir da ação direta do governo, do regime que se implantou com o golpe de 1930. (CANCELLI, 1994: 18-19)

A Polícia Política atuava com o objetivo de identificar, investigar e neutralizar os “inimigos” do regime. De acordo com Marília Xavier esse tipo de polícia surgiu em 1933 com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP), a autora afirma que o termo Polícia Política designa um tipo especial de polícia que desempenha uma função preventiva e

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

repressiva na história do Brasil, tendo sido criado com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e segurança pública. (XAVIER, 1993: 35)

Um conceito essencial para este trabalho é o da lógica da suspeição, pois, segundo Priscila Perazzo, tal prática era característica do modus operandi da polícia Política de Vargas, no intuito de identificar os possíveis inimigos do regime:

(...) a questão da suspeição é uma das características nitidamente perceptíveis na documentação produzida pela Polícia Política nos anos 30 e 40. Grande parte do trabalho dos agentes sustentava-se na prática da desconfiança e da suspeita. Observação e vigilância eram atitudes comuns no dia-a-dia dos investigadores [...] bastava uma denúncia ou leve suspeita (não necessariamente fundamentadas), para que os agentes do controle social, que se consideravam representantes da manutenção da ordem e da segurança pública, exercessem suas funções: perseguir, vigiar, incriminar o suspeito. (PERAZZO, 1999: 147)

O acervo documental do Arquivo Público do Estado de Espírito Santo é vasto e ainda temos muito que descobrir nele. Na parte referente aos arquivos que pertenciam à Polícia Política encontramos panfletos, fotos, telegramas, enfim, todo e qualquer vestígio que pudesse incriminar o suspeito era apreendido pelos agentes do estado. Em suas atividades cotidianas a polícia Política procurava identificar os possíveis inimigos do estado getulista, identificá-los, investigá-los, ou, até mesmo incriminá-los.

No que se refere ao conjunto de fotografias apreendidas pelos policiais, essas imagens que trazem pessoas trajadas nas vestes características dos membros do integralismo, ou seja, camisa verde com uma braçadeira adornado com o sigma. Encontramos fotos de famílias, festejos, reuniões e paradas integralistas nos mais variados lugares do Espírito Santo. É importante ressaltar que esse conjunto iconográfico nos permite recuperar a memória visual do movimento integralista no Espírito Santo, e, também da atuação da Polícia Política como braço repressor do Estado brasileiro.

A presença dessas fotografias nos arquivos nos levou a seguinte questão, qual o interesse da polícia em reter essas imagens, de que forma essas imagens podiam ser úteis nas investigações contra os inimigos do regime? Devo ressaltar que neste artigo não é nosso

interesse realizar uma discussão teórica acerca da utilização da fotografia como fonte histórica.

A fotografia surgiu na segunda metade do século XIX e foi se popularizando ao longo dos anos. Na década de 1930 ocorre a massificação dos meios de comunicação, os governos descobriram o quão eficiente estes são para alcançar o apoio das massas, os regimes fascistas europeus serão os mais eficientes na utilização destes para conquistar os cidadãos de seus países de uma forma que jamais se pensou que fosse possível. De acordo com Maria Helena Capelato, na Era Vargas o Estado utilizará a força física e simbólica em prol de seus objetivos, para tentar “(...) suprimir, dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva”. (CAPELATO, 1999 :169) Daí a necessidade de uma organização policial forte e o controle dos meios de comunicação.

Em 1934, Vargas criará os programas de rádio “A voz do Brasil” e “A hora do Brasil”, através dos quais era transmitido aos brasileiros as ‘realizações do governo’. (GOMES, 1999 :64) Angela de Castro Gomes ainda ressalta que o aspecto mais importante dos programas não era o seu conteúdo, mas, seu enredo, que proporcionava um vínculo especial entre os cidadãos e seu líder, que havia lhes proporcionado uma legislação trabalhista, assim, havia uma dívida do povo para com seu líder. (GOMES, 1999: 66)

Fernanda Torres Magalhães esclarece que dentro do *modus operandi* da Polícia Política as fotografias desempenharam papel fundamental, cooperando para fundamentar a lógica da suspeição, mas, é claro, que também era necessário o suporte de uma série de outros documentos. As imagens apreendidas ou produzidas pela instituição policial auxiliavam na identificação dos criminosos políticos. Giselda Brito Silva salienta que “fotografias não eram apenas o registro de um passado que não se queria esquecer, da imagem que se queria congelar, mas a identificação objetiva do suspeito”. (SILVA, 2008: 325-6)

As fotografias enquanto objeto de apreensão dos suspeitos de crime político eram utilizadas como prova do delito ao qual eram acusados. No caso das fotografias integralistas respaldaram as acusações contra os integrantes da AIB depois de 1938, depois da tentativa

frustrada de golpe perpetrada pelos mesmos. O acontecido deflagrará uma grande perseguição aos camisas verde, assim, como os mesmos foram responsáveis pela produção de vasto material iconográfico, utilizado anteriormente como instrumento de propaganda do movimento, ou mesmo como objeto de recordação, esse mesmo material será transformado em prova do crime contra o regime.

Entre as fotografias do acervo temos a representação de festas, encontros locais, imagens de dirigentes locais da AIB, fotografias de casamentos e famílias em trajes integralistas, também é parte constituinte imagens de provável material apreendido pela polícia, como armas, um retrato de Plínio Salgado, entre outros.

Para uma melhor visualização do que discutimos até o momento, temos a imagem anexada á um dos prontuários elaborados nas prisões realizadas em 1942, logo após o Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo. Devido esse fato, todos os possíveis simpatizantes dos regimes totalitários foram convidados a prestar esclarecimentos.

Segundo Maria Dietrich a polícia política desloca as fotos de contexto de produção, sendo realocadas em suas pastas criminais como prova do crime política, a imagem perde o significado original do seu contexto de produção, ou seja, a imagem para registrar um evento, como casamento ou festa, recebe um novo significado dentro da lógica policialesca. (DIETRICH, 2007: 326)

Como prova atestatória de um passado, a polícia valia-se das fontes visuais para forjar provas de seu discurso, deslocando as imagens de seu contexto original, muitas vezes modificando seu significado. Nesse sentido, essas fotografias eram utilizadas pela polícia para constante processo de criação e recriação dos seus suspeitos. A repressão empreendida por essa polícia ultrapassou as fronteiras do social e do político interferindo, sistematicamente, no imaginário coletivo. (DIETRICH, 2007: 343)

Nos prontuários produzidos pela polícia política são identificados os possíveis inimigos do Estado brasileiro, ou seja, adeptos das ideologias ‘alienígenas’. Os identificados nas fichas são acusados de participação em movimentos de esquerda, ou seja, eram ‘comunistas’, e o outro grupo de pessoas investigadas eram adeptos ou simpatizantes dos movimentos de extrema direita.

Essas fichas foram produzidas logo após o Brasil declarar guerra à Alemanha e Itália, sendo mais específico, esse fato ocorreu em 1942, nesse ano o país sai da neutralidade para o estado de guerra devido a pressão dos Estados Unidos da América, que ocorreu na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das repúblicas Americanas em janeiro de 1942. Apesar de decretado o estado de guerra, mas, a participação efetiva do país nos conflitos só se realizou em agosto de 1943, após o afundamento de navios brasileiros pelas forças italianas e alemãs. (CARONE, 1976: 63-64)

O Serviço de Identificação da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo foi o responsável pela produção de fotos de frente e perfil que, segundo Fernanda Torres Magalhães, serviam para caracterizar, marcar a identidade do suspeito (MAGALHÃES, 2008: 105), e as mesmas eram acompanhadas pelas suas impressões digitais. O prontuário trazia o mês e ano em que a foto foi produzida, além de discriminar dados como o nome dos pais, profissão, estado civil, data de nascimento, características físicas, nacionalidade e o suposto crime político. Fernanda Torres Magalhães ainda afirma que essas fotografias permitem ao historiador identificar particularmente os suspeitos do crime político, e, ainda ela nos alerta que essas fotografias pretendem forjar a imagem do criminoso. (MAGALHÃES, 2001: 117)

Tudo nessas fotografias é construção da desordem: os trajes, os cabelos, a barba e sobretudo a ideia de que estamos na presença de criminosos. E ainda mais quando a pessoa é fotografada na prisão: despenteada, mal barbeada, com olhar triste e resignado. (MAGALHÃES, 2001: 78)

A fotografia está anexada ao prontuário de Richard Albert Göhringer, temos as seguintes informações em sua ficha policial.

“09/06/1942- Identificado nesta data por ser nazista. Foi o segundo chefe do Partido Nazista neste estado. Seu sucessor foi o Dr. Karl Bernard Schroeder.

19/08/1942- Nesta data foi recolhido ao Campo de Concentração, em virtude da declaração de guerra do Brasil a Alemanha e Itália.

27/09/1942- Nesta data foi posto em liberdade. Viajou para o Rio de Janeiro.”



É claramente observável que a imagem foi retirada em uma reunião entre nazistas, integralistas e provavelmente representante do Partido Fascista Italiano (seção espírito Santo), os elementos que nos permitem afirmar tais fatos é a presença na parede atrás do grupo da imagem de Plínio Salgado (quadro acima de todos), abaixo de Salgado está Mussolini, do lado esquerdo do mesmo vemos a figura de Adolf Hitler, líder do Nazismo na Alemanha, e, do lado direito temos a foto do presidente da Alemanha, Hindenburg. Nos homens à direita vemos a braçadeira com o sigma, símbolo do Integralismo, nos homens da parte central da foto a braçadeira tem a suástica, símbolo do nazismo alemão. Ainda podemos identificar na fotografia a bandeira do Brasil e a Bandeira Nazista, a primeira está na esquerda da foto, e, a segunda no centro.

Infelizmente as anotações da ficha policial não trazem muitas informações sobre a mesma, apesar de praticamente todas as pessoas da foto estarem numeradas, somente algumas estão identificadas pelo nome e profissão.

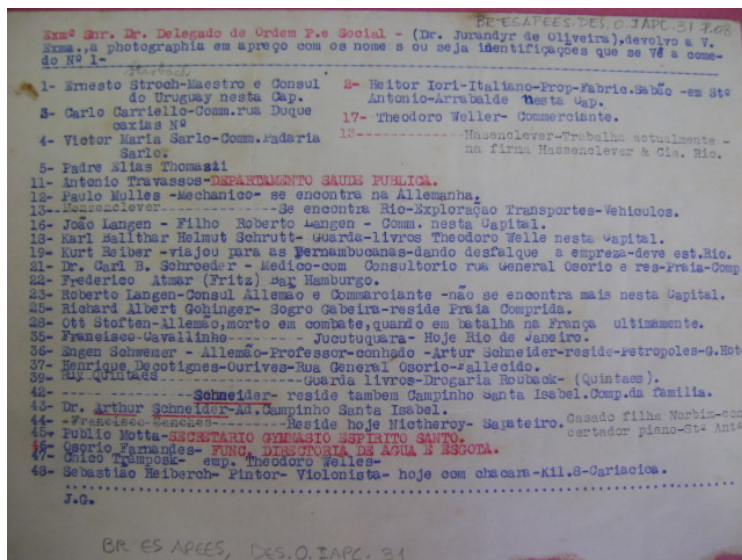
XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

7



Percebemos que as pessoas que aparecem na fotografia estão numeradas, ou seja, essa numeração serviu para identificá-las em uma lista que se encontra no verso da foto, mas, uma boa parte do grupo não é identificado como os outros, os números 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 20, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 40 e 41 não tem o nome na lista. Os que constam na mesma, tem discriminada sua profissão e local de residência.

As informações fornecidas pela imagem nos permitem inferir que havia uma proximidade entre os movimentos de extrema direita, presentes no Espírito Santo, ou seja, a seção do Partido Nazista e Fascista Italiano e a Ação Integralista Brasileira. Visto que a partir de 1942 o governo brasileiro declara guerra à Alemanha e Itália, e, somando-se o discurso de libertação nacional das ideologias alienígenas, essa foto serviu como prova incontestável de que as pessoas presentes na imagem seriam possíveis inimigos do governo Vargas.

É interessante observar com essa imagem foi corrompida pela Polícia Política, sua função de recordação de determinado momento do passado foi deixada de lado e lhe foi atribuído um novo significado, sua função passa à ser de prova de crime contra o Estado brasileiro. Afinal, existem na foto variados elementos que demonstram a simpatia de diversos cidadãos com ideologias que o Estado considerava alienígenas, perigosas para a nação brasileira, aos interesses de nosso Estado nacional.

Os integralistas eram acusados de serem representantes dessas ideologias ‘alienígenas’ dentro do território nacional. A fotografia representava a prova incontestável do envolvimento de determinados cidadãos em atividades que representavam perigo ao regime em vigor.

*“A polícia, ao utilizar a fotografia, reconhece sua importância em todas as esferas como aliada no programa de controle social. Com a fotografia seria possível controlar o cidadão, possibilitando a polícia construir de forma objetiva a imagem dos criminosos, alvo da suspeição e, por conseguinte, fazer propaganda de sua atuação para a sociedade enquanto órgão mantenedor da ordem política e social.”
(MAGALHÃES, 2008: 103-104)*

Fotografia como prova material do crime político traz elementos que indicam a subversão do acusado, a sua simpatia ou aproximação com os ideais perseguidos pelo governo Vargas. As fotos apresentam pessoas trajadas em uniformes integralistas, com imagens de Hitler e Mussolini, ao mesmo tempo, representam material apreendido pelos policiais em suas operações.

As fotografias apreendidas pela polícia e agora pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foram manipuladas pelos agentes policiais e receberam um novo valor simbólico, ao serem produzidas tinham por finalidade remeter as pessoas a situações específicas do passado, momentos que deveriam ser recordados, a instituição policial irá perverter as imagens dando-lhes um novo significado, o de provar que as pessoas presentes na mesma estavam praticando algum tipo de atividade danosa ao regime.

Bibliografia:

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a Polícia Política da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2º edição, 1994.

CAPELATO, Maria helena. *Propaganda Política e Controle dos Meios de Comunicação*. p.167-178 In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil.)

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas, Impr. Oficial: 2007.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. p. 53-72. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MAGALHÃES, Fernanda Torres Magalhães. *O Suspeito Através das Lentes: o DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o 'perigo vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, SP: Perspectiva; FAPESP, 2002.

PERAZZO, Priscila P. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. 1999.

XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais da Polícia Política. In: *DOPS, a Lógica da Desconfiança*. 1993.

Fontes documentais.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Fundo DOPS.